5

O contraste entre tipos de categorização de pertencimento

Neste capítulo, examinamos um outro processo de categorização do policial realizado através das experiências dos moradores com diversos tipos de policiais e com os traficantes.

Na seção 5.1, focalizamos o contraste estabelecido entre os próprios policiais, de UPP ou desses e do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE). Na seção 5.2, tratamos do contraste estabelecido entre a categoria policial de UPP e a categoria bandido/traficante, isto é, dos que controlavam a favela antes da UPP.

5.1.

O policial de UPP e outras subcategorias de policial

i) O BOPE

O relacionamento dos moradores da comunidade com a polícia pacificadora é descrito em termos também de experiências com subcategorias da polícia, uma delas é o BOPE, que entrou na comunidade antes e durante as primeiras fases de implantação das UPP.

De renome internacional, o BOPE é uma força de intervenção da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ)¹, criada em 1991 para intervir em situações críticas. Os policiais que formam o seu efetivo são voluntários e todos são profissionais de grande preparo técnico, tático e psicológico.

Antes da implantação da UPP, o BOPE, por muitas vezes, subia o moro para fazer incursões de combate ao tráfico a bordo de seu famoso meio de transporte, o Caveirão. De acordo com nossos dados, por um lado a comunidade via o BOPE como o batalhão que estava preparado para o confronto, isto é, aquele que de fato intimidava o bandido. Por outro lado, a atuação do BOPE, especialmente antes da

¹ Fonte: <http://www.bopeoficial.com/o-batalhao/missao-pacificacao/> Acesso em 17/01/2016

UPP, foi marcada pela violência, o desrespeito ao morador, o abuso da autoridade, como relata a moradora Flavia:

Excerto 19: Um já deu um tapa na cara do meu irmão

07	Flávia	Porque a BOPE já entrou na casa do meu irmão e foi um desespero. Meu pai falo: "vai lá que invadiram a casa do seu irmão! " Eu saí correndo e subi. Na hora que eu subi eles me barraram na porta. "Não vai entrar" e não deixaram eu entrar. Um já deu tapa na cara do meu irmão. Então são, mas isso já faz um tempinho.
13	Carolina	Entendi. Foi um antes. Um outro entrevistado falou pra mim: "São feridas profundas de muito tempo"
15	Flávia	Fabiana: Sim, sim, sim. É uma boa frase.

A busca na casa é formulada como uma invasão, isto é, uma ação não regulada, abusiva. A descrição da ação da moradora (saí correndo) aponta não para um temor de haver razão para a busca, mas para a certeza de que haveria violência. Embora barrada na entrada, a cena de violência é referida (*um já deu um tapa na cara do meu irmão*), em que o uso do *Já* pressupõe que a violência estava só começando.

No entanto a performance violenta do BOPE não foi confirmada por outros moradores quando ficou a cargo desse órgão a implementação das duas primeiras fases (são quatro no total) da UPP: a intervenção tática e a estabilização. A intervenção seria a ocupação do terreno, e a estabilização seria a promoção de atividades e interação com a comunidade através de eventos, reuniões, torneios esportivos, etc².

No excerto 20, podemos identificar como o contraste com o BOPE é usado para fazer críticas à Polícia da UPP.

Excerto 20: BOPE fez aqui o que a UPP tinha que fazer

01	Carmo	O que você acha que são as tarefas para a comunidade de um policial de UPP? (...)Pelo que você ta dizendo, talvez mesmo quando foi o (nome do outro comandante), vocês puderam chamar para resolver uma briga com vizinho...
05	Aline	É... A gente podia chamar. Eu acho assim, o BOPE quando entrou ele fez aquilo que a UPP tinha que fazer. Andava com carro de som, pra baixo e pra cima, "se você tem a denúncia, pra-ra-ra", marcava reunião com a comunidade, sentava todo mundo. A gente, as policiais do BOPE, mulheres, tavam sempre andando pela comunidade. A gente via o BOPE, então a gente já tinha aquela confiança, porque a gente sabia de quem o bandido tinha medo era o BOPE. Então, era bem aquela imagem de Tropa de Elite mermo. Quem a gente confiava era o BOPE. Quem a gente tinha medo,

² Fonte: <http://www.bopeoficial.com/o-batalhao/missao-pacificacao/> Acesso em 17/01/2016

15		quando chegava de manhã cedo, era o BOPE, porque a gente
16		sabia que ia tê confronto, ia tê tudo. E aí, ele, quando
17		começou a UPP, a gente meio que transferiu: "ah, deve
18		continuar a mesma coisa", mas aí foram acontecendo tantos,
19		essa coisa do relacionamento, tantos erros tantas coisas,
20		que começou a se criar distância. Aí com o negócio do caso
21		Amarildo ferrou ainda mais.

A entrevistadora aponta para um aspecto positivo apresentado anteriormente pela entrevistada sobre o papel da polícia de UPP na mediação de conflitos entre vizinhos. Apesar da sua concordância (linha 05), ela interrompe o desenvolvimento da fala (eu acho assim), para justificar sua visão crítica da UPP (linha 07). Justifica sua posição enumerando atividades que de fato poderiam contribuir para a pacificação, como o incentivo à denúncia (linha 07), e trabalho de aproximação com a comunidade através da proximidade física (linha 09 e 10) e de reuniões para ouvir a comunidade. A confiança vinda da marca BOPE é justificada na metáfora Tropa de Elite. O filme Tropa de Elite, lançado em 2007, retrata o BOPE como um batalhão que entrava com muita agressividade no morro, mas resolvia a questão da prisão de traficantes, por ser a única força que intimidava bandido.

A relação dicotômica de confiança e medo do BOPE é justificada também de forma positiva. Ao mesmo tempo em que ela representava risco para os moradores (*porque a gente sabia que ia tê confronto, ia tê tudo*), ela representava a luta eficaz no combate ao crime, a expectativa de pacificação da comunidade.

Só após esse contraste, a entrevistada fala explicitamente da polícia pacificadora (linha 15). E o faz tomando também a linha temporal que distingue a atuação da polícia na comunidade antes e depois do caso Amarildo. A PP é apresentada como uma frustração. As explicações apresentadas – o término das rondas, da mediação de conflitos, da proximidade com a comunidade – revelam que os moradores entendiam o projeto de UPP como algo que iria favorecer a construção de uma imagem positiva da polícia, do estabelecimento de relações de confiança, indispensáveis na obtenção de maior colaboração dos moradores com o Projeto da UPP.

Segundo a moradora Ana, no início o policiamento era ativo, mas com o passar do tempo isso se perdeu.

Excerto 21: No início era bem ativo

01	Carolina	Como é esse policiamento na comunidade onde você mora?
02		O esquema.
03	Ana	O policiamento se dá da seguinte forma, eles, são vários pontos e em cada ponto fica uma patrulha e eles, as vezes eles circulam, mas em grande parte ele ficam ali e ficam resolvendo problemas ali, tem alguns casos de família, de briga, de confusão que as pessoas já sabem onde eles estão, então vão até lá a procura deles. Mas não um policiamento ativo, entendeu? No início era, no início era bem ativo. Estavam sempre fazendo é, circulando, sempre olhando, sempre verificando, sempre isso, sempre aquilo. Hoje em dia não há mais.

Em sua fala, Ana destaca atividades que subjazem ao paradigma de um modelo de polícia denominado de proximidade. A entrevistada não foca nas ações de cumprimento da lei, mas de serviço ao cidadão, como a mediação de conflito, o contato constante com o morador, a atenção para a sua realidade.

É atribuído ao caso Amarildo, o enfraquecimento da PP e o avanço dos traficantes. Num primeiro momento, a comunidade acreditou no controle do tráfico e na pacificação da comunidade. Mas, num segundo momento, ela se vê como vivendo de novo num campo em que o traficante manda. A polícia nem está ao lado do morador, nem está em busca de suspeitos, de objetos ilegais e drogas ilícitas. É, assim, que a moradora Ana, explica a ação policial pós caso Amarildo:

Excerto 22: É como se ela estivesse de olhos fechados, de olhos vendados

01	Ana	Por mais que seja dever deles proteger a minha sociedade, a minha comunidade, eu não me sinto segura porque não é difícil você tá ali transitando e você vê, por exemplo, uma vez eu estava passando e tinha dois rapazes lanchando numa lanchonete com dois fuzis ENORMES, entendeu? E o carro da polícia em frente.
02		
03		
04		
05		
06		
07	Carolina	Já com a UPP?
08	Ana	Já com a UPP, entendeu? Então existe, eu acho que eles estão coexistindo ali, entendeu? Além de coexistir o cidadão da favela com a polícia, o tráfico está coexistindo com a UPP. Porque não tem outra explicação. Não tem outra explicação para que isso esteja acontecendo. Sabe, não é possível que a gente tenha uma polícia que esteja ali para defender todos nós e que chega ali com o intuito de que o tráfico não exista mais, entendeu? De combater esse tráfico e é como se ela estivesse de olhos fechados, de olhos vendados, não vê, não apura, não percebe, não tá nem aí.
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		

As justificativas para a posição de Ana emergem inicialmente na descrição de uma cena que mostra a liberdade com que os traficantes voltaram a caminhar pela comunidade e o modo como a polícia ignora o fato (linhas 04 a 07). A cena é interpretada como uma renovação de cenário: antes os moradores conviviam apenas com traficantes; agora, eles convivem com a polícia e os traficantes. A imagem

dessa nova polícia é descrita como “ *se ela estivesse de olhos fechados, de olhos vendados, não vê, não apura, não percebe, não tá nem aí*”. Com essa descrição, ela nega incumbências da categoria policial: preocupar-se com o cidadão, oferecer segurança, combater o crime

Os excertos analisados mostram que o modelo de policial de UPP, pós caso Amarildo, não corresponde nem ao policiamento de cumprimento da lei, nem ao policiamento de proximidade.

ii) Policiais novos X Policiais antigos

As relações entre policiais e moradores de comunidade é marcada por uma história que os coloca em campos opostos, o que dificulta a aproximação e a colaboração. Ao analisarmos as entrevistas fica visível que um passado de conflitos, de práticas abusivas por parte da polícia contribui, dentre outros, para uma desconfiança sobre o sucesso e permanência da PP naquela comunidade. Uma margem de crédito, de renovação da imagem da polícia parece ter sido construída, porém, na implantação da UPP quando policiais jovens e recém-formados foram alocados na comunidade. Uma diferença de postura foi percebida entre policiais antigos e novos.

O morador Luiz que já participou de projetos sociais em outras comunidades introduz essa questão quando perguntado se houve melhoras com a chegada da UPP:

Excerto 23: Estão naquela mentalidade antiga de morador de comunidade é um possível criminoso

01	Carolina	Considerando a sua experiência com a polícia antes da
02		UPP e depois da UPP, você vê diferenças entre essas
03		polícias? Essas experiências são melhores ou piores?
04	Luiz	São bem melhores, porque, assim, até por falta da própria
05		tecnologia que hoje tem, você com o celular na mão pode
06		gravar muita coisa, você dificilmente vai fazer alguma
07		coisa e ninguém vai ver. A polícia hoje vem com uma
08		mentalidade diferente são recrutas novos, recrutas que
09		acabaram de se formar, são jovens até que vieram de
10		comunidade e hoje são policiais, então tem uma diferença
11		muito grande. Ainda há um pouco de excesso por parte de
12		alguns, excesso de autoridade, de violência, de força
13		por parte de alguns porque ainda existem policiais mais
14		antigos que ainda estão naquela mentalidade antiga de
15		morador de comunidade é um possível criminoso e hoje não,
16		hoje eles são mais tranquilos, mais calmos, eles até
17		tentam se envolver mais com a comunidade não só na

18		comunidade onde eu moro, mas também das comunidades aonde
19		eu vou. Eles tentam quase que se tornar parte da
20		paisagem. Como os moradores viam os bandidos, e achavam
21		normal, viam eles altamente armados, e acham altamente
22		normal porque já fazia parte do cotidiano deles. Eu sinto
23		que hoje em dia eles tentam fazer como se fosse normal.

É interessante notar que a primeira explicação para a melhoria das experiências não se deve a uma mudança de atitude da polícia, mas, sim, de existência de ferramentas tecnológicas que podem ser usadas como denúncias de más práticas policiais (linha 04 a 06). Só após isso, Luiz torna relevante o que classifica como dois tipos de policiais: os antigos e os novos.

Ao caracterizar essas subcategorias, ele oferece explicações orientadas por dimensões morais: os policiais novos são descritos como os bons, e os antigos, como os maus. A primeira explicação para a classificação dos policiais novos como bons aponta para o pertencimento desses profissionais a outra categoria: a de morador. Infere-se que os novos conhecem a cultura local, não olham para o morador com preconceito, buscam se aproximar do morador e têm uma atitude de reconhecimento da dignidade do morador (linhas 14 e 15). É em contraste com esse perfil que Luiz descreve o policial antigo como um agente preconceituoso e que se excede no uso da força (linhas 12, 13 e 14), o que é atestado por outros moradores também.

Assim, podemos imaginar que os policiais novos, como não têm um passado dentro da polícia, venham sem “vícios” de um modo de agir e orientados por uma missão de contribuir para a pacificação das comunidades. No entanto, sofreram o estigma, dentro da polícia de não serem reconhecidos como policiais, ou como uma versão *light*.

Como afirma o diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Itamar Silva, essa imagem de bons policiais (os novos recrutas) e os maus policiais (os antigos) acabou resultando em uma disputa interna dentro da corporação. Também segundo ele:

“Para eles (policiais antigos), ser policial é ter uma arma na mão e partir para o enfrentamento. O que estava colocado para a UPP era bem diferente disso. Li em algumas reportagens falas desses policiais dizendo que policial de UPP não era policial. E esta visão foi alimentada pelo próprio Estado, na medida que o policial de UPP era meio mediador de

conflito, agente comunitário que ocupou espaço da associação de moradores”.³

Um contraste de atuação diz respeito ao que se fazia e se passou a fazer. Antes, a polícia fazia incursões “surpresa” dentro da comunidade em busca de uma solução rápida ou apreensão de drogas e prisão de traficantes. Hoje em dia, com a chegada da UPP, isso mudou. Como o próprio Itamar diz: “o policial de UPP era meio mediador de conflito, agente comunitário que ocupou espaço da associação de moradores. Ou seja, na prática, os policiais da UPP cumprem um papel meio dúbio”. No entanto, Itamar vê essa dubiedade como confusa, pois “mesmo com o projeto da UPP Social, que nasceu no âmbito do Estado e depois passou para a prefeitura, não se conseguiu ainda construir uma política de segurança diferenciada nos territórios de favela”.

O que se conseguiu, aos olhos de Luiz, é aceitar a presença da polícia (“faz parte da paisagem”) na comunidade, não como um estranho, mas ao mesmo tempo como uma isca para o confronto como antes. Ao dizer que os policiais atualmente “tentam fazer como se (sua presença) fosse normal”, ele mostra que o terreno ainda está dividido, que a nova polícia ainda está centralmente ali para fazer o combate ao tráfico e não as atividades sociais desenhadas no projeto da UPP.

A relação dos moradores com a polícia também é explicada com base numa linha histórica:

Excerto 24 A relação do morador com a polícia ela tem feridas muito profundas

01	Carolina	Então teve uma melhora?
02	Luiz	Teve.
03	Carolina	Aquela UPP ali dentro, ela tem uma...
04	Luiz	Ela tem uma... É porque, na verdade, a relação do morador com a polícia ela tem feridas muito profundas, né? Porque antes a polícia era vista muito como opressão. Os policiais antes tinham um preparo muito, pra ser muito agressivo, porque eles iam esperando o pior, todo mundo pra ele era um possível criminoso, então ele age como tal de prevenção a própria vida dele. Então eles agiam com muita truculência, com excesso de força, com excesso de autoridade, então isso criou muitas feridas. E aos poucos

³ Fonte: <http://www.canalibase.org.br/o-projeto-das-upps-nunca-teve-definicao-clara/> Acesso em 17/02/2016

13		vão melhorando, até porque são policiais mais novos, são recém-formados, com uma mentalidade diferente, com uma vontade diferente do que os outros vinham. Porque os outros vinham para oprimir.
14		
15		
16	Carolina	Eles vinham com o chamado de um problema.
17	Luiz	Eles vinham com o chamado de um problema, eles vinham para acabar com o que eles vissem pela frente. Hoje não, eles vêm pra poder proteger, na verdade, evitar. Antes eles vinham para acabar, hoje ele vem para evitar.
18		
19		
20		

O projeto de UPP envolve um novo modelo de policiamento, voltado não só para o combate ao crime, mas também para o cidadão, através de uma nova polícia de proximidade. No entanto, a primeira explicação para a UPP não funcionar melhor é a história de relações de moradores de favela com a polícia. Esse passado de violência, abordagens truculentas, autoridade se mostra mais uma vez como um dos motivos para a resistência dos moradores em relação aos policiais de UPP.

De acordo ainda com Luiz, o foco no combate ao crime levava os policiais, até para defender a própria vida (linha 9), a tratar todos como possíveis criminosos, a agir com truculência.

Uma outra distinção percebida pelos entrevistados entre novos e antigos era em relação à missão: os antigos vinham para oprimir; os novos estão orientados para a obrigação de proteger a comunidade dos criminosos, de resgatar o papel de mocinho da polícia. No entanto, apesar de conseguirem fazer essa diferenciação entre policiais novos e antigos, os relacionamentos passados com a polícia pacificadora ainda servem de entrave para as presentes e futuras relações uma vez que os moradores a partir dessas experiências passadas fazem previsões para ações futuras.

5.2.

Policiais X Traficantes

É de conhecimento da sociedade brasileira que a comunidade foi controlada, por muitas décadas, pelos traficantes/milicianos. Eles não só se organizavam internamente em relação às tarefas do tráfico de drogas e armas, mas também exerciam controle sobre como se organizava a vida das pessoas dentro da comunidade. Por serem muitas vezes membros da comunidade, eram tratados como *insiders* em oposição à polícia, vista como *outsider*.

Com base nisso, alguns moradores contrastam a eficiência da polícia e dos traficantes no que diz respeito à proteção de suas vidas, à segurança da comunidade e a prestação de serviços sociais locais.

Segundo Schegloff (1972), “cada casa, cada igreja, cada parque, será constituído na linguagem através das práticas daqueles que ali realizam suas atividades. O indivíduo que não demonstra conhecer essas práticas provavelmente será identificado como não sendo membro daquela comunidade” (Corona e Ostermann, 2012 apud Schegloff, 1972). A partir dessa citação podemos entender a distância entre policiais de UPP e moradores de comunidade, pois os primeiros são vistos como aqueles que não reconhecem costumes, práticas e atividades locais e, assim, são considerados como não pertencentes à comunidade. Nota-se que essa falta de conhecimento local, entre outros fatores, serve como entrave ao sucesso da implantação das UPPs nas comunidades.

A narrativa apresentada por João serve para ilustrar esse contraste:

Excerto 25: Eu não reconheço policial como autoridade nenhuma

01	Carolina	É (risos). Os moradores reconhecem o policial como uma
02		autoridade legal?
03	João	Eu não reconheço o, o policial como autoridade nenhuma.
04		Até porque a gente não tem exemplos de referência de
05		policiais que fazem coisas boas, que ajudam... Volta e
06		meia é óbvio que eles fazem uma coisa boa. Tipo sei lá.
07		Você tá sendo assaltada, eles vão e te salvam. Mas na
08		favela eu não vejo nada disso. É porque... assim, vamo
09		fala agora do tráfico mesmo, quando aconteceu uma briga.
10		Ou fulano era roubado, a gente sabia que querendo ou não,
11		ia resolver o tráfico. Entendeu? Tipo, a minha amiga, o
12		notebook dela tinha sido roubado, duas semanas depois
		apareceu o notebook dela do mesmo jeito. Entendeu?
13	Carolina	Entendi.
14	João	Agora não, tem uma vizinha minha que foi roubada tipo no
15		ano passado, e, não sabem de nada, a polícia nunca, não
16		viu quem foi, os vizinhos não sabem informar... ou então
17		não sei, não faço ideia. Então, eu não reconheço como
		autoridade nenhuma.

Ao ser questionado sobre o reconhecimento do policial como uma autoridade legal, João, faz uma formulação extrema “Eu não reconheço o, o policial como autoridade nenhuma” (linha 03). A primeira explicação usada para justificar a sua posição enfática de não reconhecimento da autoridade policial remete aos casos de domínio público de maus policiais “Até porque a gente não tem exemplos de referência de policiais que fazem coisas boas, que ajudam” (linhas 03, 04, 05). O que João faz nos trechos das linhas 03, 04, 05 é retirar da

categoria policial de UPP os policiais que atuam em sua região. Segundo João, a categoria policial de UPP seria aquela em que seus membros são classificados como bons, prestativos, proativos, etc. (linhas 05 e 15). No entanto, ao classificá-los com aqueles que não cumprem esses requisitos, João categoriza esses policiais como mais próximos da categoria bandido.

Os aspectos de performance vistos como críticos seriam a falta de uma ação eficaz no atendimento às necessidades dos moradores e a habilidade para interagir com esses moradores de modo a construir uma relação de confiança.

Logo em seguida, ao ilustrar o que seria a atuação, mesmo que esporádica, (Volta e meia é óbvio que eles fazem uma coisa boa - Linhas 05 e 06) de um bom policial, João faz a diferenciação da ação policial em locais assinalados e diferenciados por ele como “asfalto” e “favela” (linhas 06 e 07). Dessa forma, João evidencia o tratamento diferenciado que, segundo ele, é realizado pelos policiais. Mais uma vez temos os policiais atuantes na UPP da comunidade em que João vive sendo descategorizados, pois não cumprem a imparcialidade de tratamento independentemente do local que atuam e do público que protegem.

A categoria policial na fala de João sofre uma divisão, pois de sua fala emergem a categoria de policial de UPP e a categoria de policial comum. O policial de UPP, segundo João, é aquele que entra na comunidade o intuito de oferecer proteção, cidadania, atrair as crianças, fazer trabalhos sociais e como aqueles que querem inverter o pensamento antigo dos moradores em relação a eles. O pensamento antigo de que os traficantes eram aqueles que resolviam o qual João se refere é o pensamento que foi construído ao longo dos anos através das relações ente policiais e comunidade. Vale lembrar que a polícia atuava nas regiões agora pacificadas de forma esporádica, ou seja, ela fazia suas incursões na comunidade quando pretendia resolver algum problema com o tráfico. Assim emerge a categoria policial comum que é categorizado como aquele que não oferece proteção, é opressor e julga.

Ao fazer essa diferenciação entre o trabalho policial realizado no “asfalto” e na “favela” observamos que João constrói a categoria morador de comunidade como uma categoria que abarca indivíduos que, apesar das particularidades do local onde moram, merecem respeito, segurança e tratamento igualitário da polícia quando o assunto em questão é a proteção dos indivíduos residentes daquele local (linhas 06 e 07).

Através de uma pequena narrativa de casos de roubo, o entrevistado põe em contraste a eficácia da autoridade dos traficantes e da polícia (linhas 10 a 16). Fica claro que, entre a autoridade moral dos traficantes e a legal dos policiais, só quem resolve os problemas tem a autoridade reconhecida. Antes da UPP, furtos, assaltos, sequestros, estupros, etc. não aconteciam e, quando aconteciam, eram solucionados (embora não sejam especificados os meios) pelos traficantes. Notamos assim que a PP não conseguiu ocupar esse lugar dos traficantes na vida dos moradores.

A falha moral dos moradores – por oferecer e reconhecer traficantes como autoridade é justificada pela falha moral dos policiais, isto é, se os policiais conseguissem manter a ordem, expulsar os traficantes e manter a paz dentro da comunidade, os moradores não pareceriam tão contraditórios com relação aos traficantes, seja pelo seu pertencimento à categoria de morador, seja pela sua eficácia na solução dos problemas dos moradores. O que temos aqui é uma parte do raciocínio moral mundano, não produzido como uma teoria abstrata, mas como princípios amarrados ao que os moradores entendem como esperado da categoria de incumbência de um policial.

Inversamente ao que é imaginado a priori os traficantes e não os policiais é que são categorizados como os “mocinhos” aqueles que protegem, solucionam brigas e roubos de forma rápida e eficiente (linhas 08 a 12).

Seguindo a mesma linha de pensamento de João, a moradora Flávia, reclama da falta do olhar do policial para a comunidade:

Excerto 26: bem ou mal, olhava, tinha um dono

01	Carolina	Eu queria saber um pouquinho desse antes da UPP.
02	Flávia	Assim, eu não defendo bandido. É uma coisa preocupante.
03		Uma vez eu subindo na Rua 1, aí tava um bando descendo e
04		a arma de um deles encostou na minha perna e eu não senti
05		nada. Não senti medo, não senti nada de tão acostumada
06		que eu to-tava a essa realidade. E isso é muito ruim,
07		muito ruim. Se acostumar a isso é muito ruim. Eu fiquei
08		impressionada por eu não ter tido medo da arma passando
09		na minha perna, um fuzil passando na minha perna. Então,
10		eu não defendo bandido, mas como eu disse, a favela nunca
11		foi vista, né? Então, os policiais tiraram a força, que
12		bem ou mal olhava, tinha um dono. Então você não tinha
13		estupro, você não tinha morte de pessoas comuns porque
14		agora tudo se resolve na peixeira. Se tá tendo várias
15		brigas em bares, então tinha um ordem interna que não tem
16		mais, que tá quebrada porque o Governo continua não
17		olhando pra gente. Eles botam os policiais pra usar a
18		força, mas os policiais muitas vezes nem se metem. É
19		porque o Governo não olha, nunca olhou. A favela não é
20		vista. Só é vista quando tem alguns problemas ou como
21		celeiro eleitoral, só. Os bandidos olhavam. Bem ou mal

22		eles ajudavam um ou outro que precisasse. Então eles
23		olhavam, tinha uma ordem. E agora ela tá largada, ninguém
24		olha. E ainda tem guerra entre policial e traficante.
25		Quem manda? Policial ou traficante? E o tempo todo
26		confronto. A noite toda de tiros que você não via tem
27		muito tempo. Quatro horas da tarde, meio dia, dez da
28		manhã. Não tá pacificado, gente. Tá pior do que antes,
29		tá pior! Tá largada!

Diferentemente de João, Flávia inicia sua resposta com um prefácio explicativo para a futura posição, que busca reparar antecipadamente possíveis conclusões da entrevistadora quanto a essa posição: “eu não defendo bandido” (linha 02). E, através de uma narrativa (linhas 01 a 09), ilustra porque a presença dos traficantes não significava um risco à segurança dos moradores, ainda que a naturalização do convívio fosse avaliada moralmente como extremamente ruim. Ao contrário, ao apresentar o traficante como “o dono” do morro, ela o descreve como um dono atento, aquele que diferentemente das autoridades olhava para a comunidade e ajudava aqueles que precisavam (linhas 10, 11 e 17 a 20).

Percebemos na fala de Flávia o mesmo que notamos na fala de João (excerto 25), o embate entre as categorias policial e bandido/traficante. Assim, nos dois excertos percebemos uma inversão do conhecimento de senso comum em relação a essas categorias. O bandido é, com todas as ressalvas e falhas morais, quem aparece como o mocinho, aquele que garante proteção, segurança e ajuda aos que necessitam. Já a polícia é apresentada como fraca e omissa; o Governo, aquele que só olha a favela como celeiro eleitoral em época de campanha. O policial não tem olhos para a favela porque a favela nunca foi vista, porque o Governo continua não olhando para ela (linhas 17 e 18). Para Flávia, as falhas morais e a invisibilidade da favela explicam os problemas que afetam relação da polícia com a comunidade e, por consequência o sucesso da UPP.

Outra categoria que emerge da fala de Flávia é a categoria de local. A categorização da comunidade (local) como invisível, celeiro eleitoral, local de confronto, morte, estupro, briga, local de traficantes armados, etc. serve de apoio para o protesto de Flávia quanto ao descaso do Governo e pouca atuação policial. Mais uma vez, o traficante, apesar da carga negativa que carrega por conta de sua atuação fora das leis emerge como aquele que entende a categoria local-comunidade, é aquele que faz parte e atua para a sua organização. O policial, por sua vez, é aquele que é forasteiro. Não conhece costumes culturais e não cumpre o dever que deveria cumprir fosse na comunidade ou não, a proteção.

A categoria morador emerge na fala de Flávia uma vez que ele categoriza os moradores como aqueles que estão acostumados com os traficantes armados, muitas vezes não têm medo, são invisíveis aos olhos das autoridades e estão em constante situação de perigo.

Outra inversão entre as categorias bandido e polícia diz respeito à questão da ordem. São os traficantes e não a polícia que garantiam a ordem da comunidade (linhas 20 e 21). Com entrada da UPP e sem a organização dos traficantes, segundo Flávia a comunidade se encontra largada, pois ninguém olha por ela. E a comunidade passou a correr risco de segurança por causa dos confrontos, a qualquer horário, entre polícia e traficantes. A conclusão óbvia é que não se vive numa comunidade pacificada, mas em guerra, o que se manifesta na formulação extrema “Tá pior do que antes, tá pior! Tá largada!”(linhas 25 e 26).

Em concordância com a fala de Flávia, Luiz reconhece que a percepção da comunidade era a de uma inversão do que se espera da categoria bandido e policial:

Excerto 27: Porque praticamente aquela pessoa não existia

01	Carolina	Considerando a sua experiência com a polícia antes da UPP
02		e depois da UPP, você vê diferenças entre essas polícias?
04		Essas experiências são melhores ou piores?
05	Luiz	(...) Eu estou aqui para te proteger. Antes havia uma
06		inversão de valores. Os policiais eram o juiz, os
07		opressores, e os criminosos eram os bonzinhos, os que
08		protegiam, os que davam alento, ajuda, e na verdade, não
09		era bem isso. Então eles tentam, há uma tentativa de
10		reverter isso. Você vê logo nas entradas das UPPs nas
11		comunidades, quando ela entra numa comunidade a primeira
12		coisa que eles fazem é atrair as crianças, fazem atividade
13		com as crianças, colocam pra andar nos cavalos, tem até
14		um evento que o próprio governo do Estado faz que é
15		“Cidadania nas UPPs” que eles fazem eventos de cidadania
16		nas comunidades pacificadas. Eu já participei de muitos
17		e são bem legais, por exemplo, na barreira do Vasco ano
18		passado, as pessoas não tinham documento, não tinham
19		comprovante de residência, carteira de trabalho, então
20		isso foi levado para eles, e isso foi visto quase que
21		como uma libertação, uma vida nova, a pessoa se torna um
22		cidadão. Porque praticamente aquela pessoa não existia.
23		Então, assim, há uma tentativa, né? Se vai dar certo, só
24		o tempo pode responder. Mas eu acho que tá melhorando com
25		o tempo. Os próprios moradores vão denunciando, porque
26		sempre teve um certo abuso. A maioria, grande parte da
27		comunidade são trabalhadores, estudantes e aquilo acaba
28		incomodando as pessoas. Poxa, você tem um amigo na escola,
29		por exemplo, você estuda na escola particular, teu pai
30		tem uma condição melhor de bota numa escola particular,
31		mas aí você não pode chamar seus amigos para ir na sua
32		casa porque eles não vão. Isso aconteceu muito com a minha
33		esposa, porque a minha esposa estudou a vida inteira em
34		escola particular e praticamente não tem quase amiga
35		nenhuma porque não tinha como ir... A mãe dela não deixava
36		muito ela sair porque tinha medo de ela sair de noite e
37		acontecer alguma coisa.

A tentativa de reverter esse quadro é explicada pelas atividades da PP logo no início de sua entrada na favela. O entrevistado dá destaque às atividades de aproximação. Dentre essas, ele destaca as brincadeiras com as crianças e o resgate da cidadania com a emissão de documentos. Nessa linha, Luiz justifica sua crença de que tudo melhora com o tempo (linha 18) e que o policial resgate as atividades atreladas, no senso comum, à sua categoria e possa estabelecer um novo tipo de relacionamento com os moradores (linha 19). Ao final de sua fala, Luiz introduz outra explicação para a sua esperança. A entrada da UPP representa no imaginário daquela comunidade não só o resgate da cidadania citado, mas também o fim do isolamento social, dadas os riscos de ir e vir dentro da favela e do asfalto para a favela, dado o controle do tráfico “aí você não pode chamar seus amigos para ir na sua casa porque eles não vão” (linhas 28 e 29).

Novamente emerge a categoria de bandido como aquele que é o mocinho, o bom, protege, dá alento e oferece ajuda. Como o próprio morador pontua, havia uma inversão de valores. Quando Luiz fala dessa inversão de valores ele demonstra que os moradores têm noção de que os traficantes são moralmente falhos, ou seja, eles não são os indivíduos que deveriam estar associados a boas práticas, pois cometem atos ilícitos. No entanto, por fazerem parte da comunidade local eram eles que prestavam esses serviços à comunidade e acabavam olhando por ela.

A categoria local também aparece na fala de Luiz uma vez que ele traz as complicações de se morar em uma comunidade, pois ela é categorizada pela sociedade como um local de alta periculosidade. Ele problematiza a questão ao evidenciar que sua esposa, assim como muitos que moram na comunidade, não recebem visita de amigos pois estes sentem medo de frequentar a comunidade. Dessa forma, cria-se uma barreira entre a comunidade, seus moradores e os indivíduos que moram em outros lugares e, logo, evidenciamos uma exclusão social. A categoria local acaba por trazer outra categoria atrelada a sua, a categoria de morador. Segundo Luiz, a categoria de morador de comunidade é preenchida por aqueles que é formada por trabalhadores, estudante e pessoas que querem se tornar cidadãos.

Ao concluirmos esse capítulo observamos algumas questões que merecem ser pontuadas. Ao que concerne o contraste entre as categorias policial/bandido, ocorre uma inversão moral de atributos e atividades atreladas às duas categorias que

a priori deveriam ser opostas. O policial é aquele que é violento, autoritário, juiz e opressor; uma imagem criada devido às experiências como a discriminação que coloca moradores e traficantes no mesmo patamar, uso desmedido da força nas abordagens, falta de projetos que sociais que favoreçam o resgate da dignidade do morador.

Já sobre o criminoso, são omitidos os atos de violência e enfatizados os de proteção e atenção às necessidades dos moradores. Assim, percebemos a necessidade dos moradores em que alguém ocupasse esse lugar que ficou vazio com a saída dos traficantes. A esperança dos moradores foi acesa com a entrada da UPP, e a ideia de que ela iria ocupar esse lugar. No entanto, essa esperança tornou-se mais frágil com a volta de alguns traficantes, o caso Amarildo e a passividade dos policiais dentro da comunidade.